

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE OS PRINCIPAIS RISCOS À SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIACarlos Wanderson Gomes de Oliveira¹Ellen Nogueira de Araújo Dantas²Jéssica Luana Silva Mendes Carvalho³Sara Helena Soares Silva⁴Lucidio Clebeson de Oliveira⁵**RESUMO**

A realidade de Pessoas em Situação de Rua (PSR) é marcada por um quadro de vulnerabilidade explícita, visto que são privadas de direitos básicos como moradia e alimentação, além de uma grande exposição a fatores de riscos como violência, patologias, fome e frio. Ademais, a Política Nacional de Saúde para Pessoas em Situação de Rua, apesar de prever o atendimento humanizado e universalizado, o respeito e empatia com este grupo, não garante a integralidade, fomentando estigmas e preconceitos sociais para PSR. O trabalho objetiva relatar a experiência do grupo PET Enfermagem frente à atuação no evento Pop Rua Jud, no que tange à educação em saúde para as pessoas em situação de rua. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. O presente trabalho é referente à vivência de discentes da Faculdade de Enfermagem frente às ações de educação em saúde para população em situação de rua. O evento aconteceu no dia 18 de outubro de 2024 na Escola de Artes, localizado no município de Mossoró/RN, nos turnos matutino e vespertino, das 11h até as 18h. A experiência mostrou que a educação em saúde é extremamente necessária para orientar as PSR sobre o que fazer e quais atitudes tomar frente a determinadas situações, além de realizar a promoção da saúde, sendo uma prática emancipadora através do fomento à autonomia das PSR mediante as adversidades enfrentadas. Diante disso, foi possível visualizar a potência dessas ações, seja para a sociedade que tem acesso aos serviços ofertados, seja para os acadêmicos que conseguiram vivenciar o tripé ensino, pesquisa e extensão, tornando a formação mais completa e humanista.

Palavras-Chave: População em Situação de Rua; Educação para a Saúde; Promoção em Saúde.

1 Graduando de Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Carloswanderson@alu.uern.br

2 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. ellen20230029544@alu.uern.br.

3 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. jessicacarvalho@alu.uern.br.

4 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. sarahelenasoares@gmail.com.

5 Professor da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em Psicobiologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. lucidioclebeson@uern.br.



HEALTH EDUCATION ABOUT THE MAIN HEALTH RISKS FOR THE HOMELESS PEOPLE: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT

The reality of Homeless People (PSR) is marked by a situation of explicit vulnerability, since they are deprived of basic rights such as housing and food, in addition to a great exposure to risk factors such as violence, pathologies, hunger and cold. Furthermore, the National Health Policy for Homeless People, despite providing for humanized and universalized care, respect and empathy with this group, does not guarantee comprehensiveness, fostering stigmas and social prejudices against PSR. The work aims to report the experience of the PET nursing group in relation to the performance at the Pop Rua Jud event, regarding health education for homeless people. This is a descriptive study, of the experience report type. The present work refers to the experience of nursing students in relation to health education actions for the homeless population. The event took place on October 18, 2024 at the School of Arts, located in the city of Mossoró/RN, in the morning and afternoon shifts, from 11 am to 6 pm. The experience showed that health education is extremely necessary to guide PSR on what to do and what attitudes to take in certain situations, in addition to promoting health, being an emancipatory practice by fostering the autonomy of PSR in the face of adversities faced. In view of this, it was possible to visualize the power of these actions, both for the society that has access to the services offered and for the academics who were able to experience the tripod of teaching, research and extension, making the training more complete and humanistic.

Keywords: Homeless Population; health education; Health Promotion.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania descreve as pessoas em situação de rua (PSR) como um grupo heterogêneo que tem em comum características de extrema pobreza, fragilização ou interrompimento dos laços familiares, moradia em logradouros públicos ou espaços degradados de forma temporária ou permanente (Brasil, 2009).

Nesse sentido, ao não obter o mínimo para sobreviver, a situação de rua expõe esses indivíduos a diversos fatores de riscos como variadas patologias, violência, preconceito, fome, frio, dentre outros (Sicari et al., 2018).

A partir disso, ao observar a realidade de PSR, nota-se um quadro de vulnerabilidade explícito, visto que o conceito de vulnerabilidade condiz com a limitação ao acesso de direitos e bens impostas pelas desigualdades (Mendes et al., 2019). Nesse viés, compreendendo os preceitos básicos instituídos como direitos humanos pela Constituição Federal de 1988, é nítida a negligência da oferta destes princípios para PSR derivados da exclusão social e estigmas vivenciados, fazendo com que estes indivíduos sejam privados de todos os seus direitos como cidadãos e que sejam reconhecidos como tais (Costa et al., 2022).

O Decreto nº 7053 institui a Política Nacional de Saúde para Pessoas em Situação de Rua (PNPSR) que prevê o atendimento humanizado e universalizado, além de respeito a todas as condições econômicas, raça, gênero, idade, origem,

religião, orientação sexual, deficiência e nacionalidade (Brasil, 2009). Entretanto, a PNPSR não garante o acesso integralizado à saúde para essa população, fomentando a percepção social negativa sobre essas pessoas, influenciando diretamente a prática dos profissionais de saúde. (Paula et al., 2023).

Nesse viés, existem outros entraves que afastam as PSR dos serviços de saúde, fragmentando assim os princípios previstos como fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), que são a integralidade, universalidade e equidade. Dentre esses empecilhos estão: demora no atendimento, exigência de documentação de identificação e comprovante de residência, além de atendimentos mecanicistas, frios ou como uma questão burocrática a ser cumprida, ou não são atendidos e barrados na própria recepção da unidade. Com isso, através desses obstáculos, os problemas de saúde são agravados devido à falta de assistência e cuidados que deveriam ter sido prestados inicialmente (Paula et al., 2023).

Visando essas barreiras na vivência de PSR, tornam-se necessárias ações que orientem essa população sobre o que fazer e quais atitudes tomar frente aos riscos enfrentados em sua realidade. Compreendendo que a educação em saúde visa transmitir conhecimento sobre os aspectos que envolvem prevenção e promoção de saúde, através da troca de informações há a construção de hábitos saudáveis e uma alteração de uma consciência ingênua para uma crítica (Guterres et al., 2017). A promoção à saúde condiz com o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, auxiliando os mesmos a terem autonomia e controle deste processo (Lima et al., 2023).

Mediante a isso, foi realizada uma ação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, a Pop Rua Jud, que possui o objetivo de proporcionar gratuitamente à população em situação de rua serviços que garantam a cidadania e dignidade desses indivíduos. Nessa perspectiva, o PET Enfermagem, projeto que atua no tripé ensino, pesquisa e extensão, pilares essenciais para uma formação acadêmica de qualidade, foi convidado e esteve presente na atividade “Pop Rua Jud”, ofertando educação em saúde, explicitando como prevenir os fatores de riscos envolvidos na vivência de PSR ou o que fazer ao sofrerem esses agravos.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do grupo PET Enfermagem frente à atuação no evento Pop Rua Jud, no que tange à educação em saúde para as pessoas em situação de rua.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tratou-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. O presente trabalho é referente à vivência de discentes e docentes da Faculdade de Enfermagem frente às ações de educação em saúde para população em situação de rua. O evento aconteceu no dia 18 de outubro de 2024 na Escola de Artes, localizado no município de Mossoró/RN, nos turnos matutino e vespertino, das 11h até as 18h.

O evento foi realizado pela Prefeitura Municipal da cidade de Mossoró e contou com a parceria da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O momento teve o intuito de promover vínculo entre universidade e



comunidade, assim como promover saúde e bem-estar para a população em situação de rua, através de atividades que foram desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM).

Diante disso, o PETEM realizou atividades voltadas às temáticas de educação em saúde para a população em situação de rua. Os materiais utilizados foram disponibilizados pela Faculdade de Enfermagem (FAEN) da UERN, que foram os instrumentos para a realização de educação em saúde, como a “cabine de informações” (Figura 1), material criado didático criado pelos próprios petianos e traz informações pertinentes para o cuidado de agravos para a população em situação de rua, como: educação em saúde acerca dos cuidados necessários durante a relação sexual, cuidado com ataque de animais peçonhentos, cuidados com mordidas de animais selvagens, cortes com instrumentos perfurantes e/ou cortantes e cuidados e prevenção ao câncer de mama.

Figura 1 - Cabine de informações criada pelos petianos.



Fonte: Acervo PETEM, 2024.

A ação “Pop Rua Jud” foi uma atividade que tinha o objetivo de promover ações de saúde, bem-estar e garantia de direitos a PSR. O Pop Rua Jud é uma Política Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trabalha na garantia do acesso à justiça de forma simplificada e célere para essas pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social. Esse evento foi uma iniciativa do sistema de justiça brasileiro voltada para promover o acesso à justiça e a garantia de direito para pessoas em situação de rua, e que possam ter acesso a recursos legais e sociais, tendo seus direitos reconhecidos.

O local de realização do evento foi estrategicamente escolhido (Figura 2) para atender o maior número de pessoas, visto que a maior parte da população em situação de rua vive nas regiões próximas à escola. Os discentes petianos aproveitaram o momento e realizaram as ações de educação em saúde, com o intuito de responder às dúvidas que muitos tinham, além de orientar a população a respeito da importância do cuidado à saúde (Figura 3), promovendo informações além do planejado, como: a importância da vacinação e permanecer com a caderneta de vacinação atualizada.

Figura 2 - Discentes petianos em ação de educação em saúde.



Fonte: Acervo PETEM, 2024.

O público-alvo demonstrava a falta de entendimento das áreas abordadas na educação em saúde e notando essa dificuldade os discentes se adaptaram àquela realidade, trazendo ao momento uma linguagem mais simplificada e adequada para o público. Diante disso, destaca-se a importância de promover não só o conhecimento para essas pessoas, mas um conhecimento que chegue até elas de forma que compreendam, tornando-as mais conscientes de suas vulnerabilidades nas ruas.



Figura 3 - Discentes petianos em ação de educação em saúde com público alvo.



Fonte: Acervo PETEM, 2024.

Embora o esforço de levar educação em saúde para comunidades vulneráveis seja importante, ele revela fragilidades tanto na execução quanto na sustentabilidade das ações. Primeiramente, a lacuna de conhecimento demonstrada pelo público-alvo em relação a temas como vacinação, saúde sexual, cuidados com animais peçonhentos e os riscos de acidentes na rua sugere uma desconexão entre a mensagem transmitida e a capacidade da população de absorvê-la e traduzi-la em práticas cotidianas. Essa dificuldade de compreensão indica que há um problema estrutural mais profundo, relacionado ao baixo nível de letramento em saúde nessas comunidades.

A educação em saúde, quando feita de forma pontual, corre o risco de ser apenas um paliativo. A complexidade dos temas abordados exige mais do que uma simples transmissão de informações, é necessária uma pedagogia crítica que permita ao público refletir sobre suas condições de vida e as implicações das práticas de saúde em seu cotidiano. Sem isso, a conscientização sobre a importância da vacinação ou dos cuidados com a saúde sexual, por exemplo, pode não se traduzir em ações práticas. Isso levanta a questão: qual é o real alcance e eficácia dessas campanhas quando o público-alvo não dispõe de uma base educacional sólida que permita interpretar e aplicar essas orientações?

Além disso, os discentes enfrentam o desafio de atuar em um campo no qual a saúde pública e a educação formal muitas vezes falham. A precariedade das políticas públicas voltadas para a educação em saúde, somada à falta de acesso constante e qualificado a serviços de saúde, torna difícil sustentar qualquer progresso obtido por essas iniciativas pontuais. Mesmo que os discentes

consigam, em um primeiro momento, instigar reflexões e responder dúvidas, a continuidade do aprendizado e a adoção de novas práticas são comprometidas pela ausência de um suporte institucional mais forte. A falta de seguimento regular e de infraestrutura para dar suporte às orientações recebidas também são um fator limitante.

Outro aspecto que merece destaque é a forma como a vulnerabilidade do público nas ruas se relaciona com o acesso à informação. A vulnerabilidade não é apenas física, mas também informacional e social. Essas populações estão expostas a uma série de riscos - como doenças, acidentes e violência - e, ao mesmo tempo, encontram-se em uma posição de marginalidade em termos de acesso ao conhecimento que poderia protegê-las.

As ações educativas, sem um trabalho que enfrente essas vulnerabilidades estruturais, podem parecer deslocadas ou até ineficazes. O público pode até se mostrar interessado, mas a instabilidade e a precariedade das suas condições de vida limitam a capacidade de internalizar e aplicar o que foi aprendido.

Diante disso, torna-se evidente que as ações de educação em saúde precisam ser parte de um esforço maior, intersetorial e contínuo, envolvendo não apenas estudantes ou grupos isolados, mas também políticas públicas articuladas, educação de base e suporte comunitário. A verdadeira conscientização e mudança de comportamento só acontecerão quando houver um processo de empoderamento educacional e social dessas populações, garantindo que elas não sejam apenas alvos de ações pontuais, mas agentes transformadores de suas próprias realidades.

Com relação à intersetorialidade, esta tem adquirido diversos sentidos na assistência à PSR: acesso às políticas, continuidade da assistência e cuidado, mas também desresponsabilização e desassistência, figurando o trabalho da rede assistencial num jogo de “toma lá dá cá”, acentuando a desproteção da PSR. Diante desse cenário, é imprescindível atentar para os sentidos e os efeitos que a intersetorialidade adquire para os profissionais que integram a rede, a fim de não subverter o seu real sentido e propósito: a garantia de acesso e continuidade do cuidado, no caso para a população em situação de rua, promovendo uma atenção integral e humanizada (Macedo et al., 2020).

Dentre as particularidades existentes para o cuidado da PSR está a complexidade da demanda desse público, envolvendo necessidades tais como a orientação sobre seus direitos, o agendamento de consultas e exames e a retirada de documentos, o que requer dos serviços uma composição multidisciplinar e uma potente articulação intersetorial. A PSR também busca serviços de saúde com a expectativa de banho, alimentação, local adequado para dormir e escuta. A escassez de serviços de proteção social (centros de convivência, Centro POP, albergues e abrigos) os leva a acessar os serviços de saúde para o atendimento de necessidades da vida diária. A complexidade dessas demandas requer a oferta pela gestão municipal de uma rede de serviços que atue de forma integrada visando garantir o acesso aos direitos sociais por esse público (Vale et al., 2019).

Além disso, houve também a aferição de pressão arterial nos indivíduos, testes de glicemia, e testes rápidos. Para a realização desses testes e exames, é importante entender que eles irão indicar os fatores de risco do indivíduo, indicando medidas preventivas, ajudando a garantir um maior controle da saúde.



Dessa forma, esses testes e exames foram realizados no evento, com o intuito de entender as condições de saúde deles e suspeita de possíveis diagnósticos que eles podem ter em relação à condição e estilo de vida deles, buscando promover o autocuidado em situações do dia a dia, para que a saúde deles não seja afetada por falta de desinformação.

Essa ação ganha ainda mais importância pelo fato da PSR acessar mais frequentemente serviços de média e alta complexidade quando o Consultório na Rua não está disponível na rede ou cobre de modo precário a totalidade do território. Hospitais, policlínicas e CAPSad, neste caso, são mais procurados do que os serviços de atenção primária à saúde, que, em tese, seriam as portas de entrada preferenciais para o SUS enquanto espaço para a coordenação das ações de cuidado.

O acesso aos serviços de saúde, nestas circunstâncias, fica restrito a situações graves de urgência e emergência, comprometendo a continuidade do cuidado. Esse quadro se agrava onde o CR não foi instituído e, ao mesmo tempo, os serviços da assistência social não conseguem articular a atenção à saúde dessa população, como na maior parte das cidades de pequeno e médio porte (Vale et al., 2019).

3 CONCLUSÃO

A atuação dos discentes petianos no evento, junto de outros projetos de extensão da universidade, possibilitou uma vivência direta dos estudantes com o público em situação de rua. Esse momento contribuiu para que os discentes, enquanto futuros profissionais enfermeiros, entendam as necessidades e vulnerabilidades presentes na realidade dessa população, podendo intervir de forma eficaz e humanizada na assistência à saúde dos moradores de rua.

Importante destacar que ao trabalhar diretamente com a comunidade, há o aprimoramento nas habilidades de comunicação, empatia, trabalho em equipe e liderança, aos quais são elementos fundamentais para a formação de enfermeiros de excelência.

Ainda mais, entende-se a importância do evento para além da aprendizagem e crescimento acadêmico dos discentes, visto que trouxe benefícios também para a população, com a oferta de serviços que são de direito dos usuários, mas que na vida diária possuem difícil acesso. O momento de educação em saúde, o diálogo e a troca de experiência entre as partes envolvidas fortalecem os vínculos entre universidade e comunidade.

De igual forma, destacamos a urgência de se investir no trabalho perene e continuado, sob a perspectiva da interprofissionalidade, e na construção de uma pauta intersetorial com a criação de arranjos articuladores e o fortalecimento de ações integradas entre os serviços e as políticas públicas, de modo a responder ao conjunto das necessidades complexas e multicausais apresentadas pela População em Situação de Rua em todo o país.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto n.º 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para Pessoas em Situação de rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 23 out. 2024.

COSTA, M.I.S. et al. Cidadania e o Direito à Saúde da População em Situação de Rua: um olhar sobre a estratégia do consultório na rua. RDHI, Bauru, v. 10. n. 1, p. 68, jan./jun. 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/aelle/Downloads/\(7\)+D3.+Cidadania+e+o+direito+à+saúde...+\(65-84\)+\(R\).pdf](file:///C:/Users/aelle/Downloads/(7)+D3.+Cidadania+e+o+direito+à+saúde...+(65-84)+(R).pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

GUETERES, E.C. et al. Educação em Saúde no contexto escolar: Estudo de revisão integrativa. Rev. Enfermería global, Murcia, 2017. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v16n46/pt_1695-6141-eg-16-46-00464.pdf. Acesso em: 23 out. 2014

LIMA, J.R. et al (org). Promoção à saúde e Educação em Saúde. Goiânia: Cegraf UFG, 2023. E-book. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/MODULO_13___COM_FICHA___COM_HYPERLINK.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

MACEDO, J.P. et al. População em situação de rua: trabalho em equipe e intersectorial. Rev. Psicol. Saúde [online]. 2020, vol.12, n.4, pp.159-174. ISSN 2177-093X. <https://doi.org/10.20435/pssa.vi.943>.

MENDES, K.T. et al. População em Situação de Rua, vulnerabilidade e drogas: Uma revisão sistemática. Rev. Psicologia e Sociedade, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056>. Acesso em: 23 out. 2024.

PAULA, H.C. et al. O acesso da População em Situação de Rua aos serviços de Saúde: utopia ou realidade? Rev. de APS, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262342196/27296>. Acesso em: 24 out. 2024.

SICARI, A.A. et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática. Rev. Psicologia: Ciência e profissão, Santa Catarina, v. 38. n. 4. p. 668, Out./Dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>. Acesso em: 23 out. 2024.

VALE, A, R; VECCHIA, M. D. Psicologia social comunitária e saúde mental. Estudos de psicologia. v. 24 n.1 | jan./mar. 2019. Disponível: DOI: 10.22491/1678-4669.20190005. Acesso em: 21 de outubro de 2024.